
003ª SESSÃO ORDINÁRIA – 06FEV2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Abrindo os trabalhos, informo aos Vereadores que tivemos, nesta manhã, uma reunião de Mesa e Lideranças muito proveitosa; foram duas horas e meia de debates numa reunião que não foi conclusiva, mas foi muito proveitosa.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Cassio Trogildo.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu volto a esta tribuna porque vou falar todos os dias, se possível, sobre o meu projeto. É um projeto interessante, Ver. Alberto Kopittke, se a FIFA tem poder de liberar tudo, a FIFA chega aqui e muda os nossos estádios, Ver. Bernardino Vendruscolo, então eu quero ser o Vereador FIFA, Ver. Tarciso e Ver. Reginaldo Pujol. Por quê? Porque não é possível que eles liberem tudo, Ver. Bernardino, para ser vendido na Copa do Mundo. Aliás, eles monitoram tudo, até o ar é deles. Nada pode na época da Copa do Mundo. Então, se a nossa Presidente Dilma permite isso, Ver. Professor Garcia, eu acho que nós aqui não somos diferentes, não somos melhores do que os estrangeiros e também não somos piores do que eles. Tenho certeza absoluta de que aqui há pessoas muito educadas, muito qualificadas e muitas pessoas que realmente prezam pelo bom atendimento, Ver. Paulinho Brum. Quero fazer um agradecimento ao meu Líder, Ver. Cassio Trogildo, por me permitir usar o tempo dele em Comunicações; agradeço também ao meu querido amigo, Ver. Elizandro Sabino, e ao Ver. Paulinho Brum. Vou falar sobre esse projeto todas as vezes que forem necessárias porque eu estudei o Estatuto do Torcedor, Ver. Tarciso, e bastante, e o senhor sabe, pois foi atleta, é ex-atleta, e muito

frequenta o futebol desde o varzeano até o profissional. Então eu não acho certa esta lei que proíbe as pessoas de consumirem cerveja ou bebida de álcool nos estádios. Por quê? Se nós formos a qualquer estádio, eu estive no Moreirão, lá no Mato Grosso, e lá também não pode, só que os caras estavam vendendo pelos buracos. E aí pode?! Então tem que proibir ao redor. Não pode existir nem armazém, nem bar, nem supermercado ao redor do estádio. Será que o estádio vai dar emprego para essas pessoas que trabalham ao redor? Então eu quero dizer aos senhores que apresentei esse projeto, volto a dizer, Ver. Kopittke, e tenho certeza absoluta de que o senhor vai me ajudar a defender esse projeto, porque o senhor é um Vereador jovem, talentoso e, ainda mais, é o assessor do “ministro das trevas”. (Risos.) O senhor sabe o carinho que tenho pelo senhor, não é Ver. Kopittke? Ver. Paulinho Motorista, esse projeto é simplesmente para quando antecede o espetáculo, o evento futebolístico, no intervalo e no final. Porque não vão estar os garçons trabalhando, Ver. Idenir Cecchim, quando a partida estiver andando. Então eu acho que é um projeto bom, é um debate bom, porque, se pode com a FIFA, Ver. Reginaldo Pujol?! E o senhor sabe muito bem que, em grandes eventos, dez minutos antes de começar, a bola está rolando, às vezes acontece já no segundo tempo de não ter entrada o tumulto nas catracas, porque as catracas não liberavam, e o problema era o restaurante, o bar do lado.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só para contribuir, o que se tem visto nos estádios em todo Brasil, principalmente em Porto Alegre onde frequento muito, é que as pessoas antes dos jogos estão tomando 10, 12, 15 cervejas porque lá no campo não podem tomar. Se a pessoa entrar e poder tomar lá dentro vai tomar muita menos cerveja e vai chegar bem sóbrio para ver esse jogo. O que está acontecendo é que essas pessoas que gostam de cerveja, vamos dizer que 60, 70% adoram uma cerveja, é claro, uma bebida maravilhosa ainda mais com este calor, e a gente sabe que essas pessoas sem essa cerveja ficam meio...aí tomam 10 porque lá dentro do campo não tem e ela só vai beber depois que terminar o jogo. Às vezes já chega um pouco alterada para ver o jogo, e, podendo beber dentro do campo, é claro que todo mundo vai tomar sua cerveja democraticamente, bem social, vendo o jogo, em vez de se embriagar antes do jogo e chegar dentro do campo já alterado e aí o estopim está aceso dentro do estádio. Muito obrigado.

O SR. ALCEU BRASINHA: Obrigado, Ver. Tarciso. Voltando, realmente qual é a diferença entre um espetáculo, um show de música? Quando há espetáculos, tipo *show* do Roberto Carlos, aí é tudo liberado. Mas eu vi gente, claro que tem disputa de futebol, mas eu vi gente brigando porque queria chegar perto do Roberto Carlos! Várias pessoas, uns empurrando os outros. E aí? Lá pode vender? Tenho certeza absoluta que, num espetáculo musical, acontecem as mesmas coisas que acontecem no futebol. Há as pessoas que são fãs, os grupos de fãs dos artistas que começam a brigar porque querem chegar perto do artista. Acho que não tem diferença do futebol com o artista. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Engº Comassetto.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Estimados colegas, muito boa-tarde a todas e a todos, nosso Presidente. O Ver. Brasinha, que me antecedeu, fez referência ao apelido que deu a um colega nosso, de “ministro das trevas”, mas parece que o diabo se mudou para Porto Alegre, porque com esse calor e sem transporte para o povo está um inferno mesmo.

Eu venho aqui, no tempo de Comunicações do Ver. Comassetto, trazer ao conhecimento público dos colegas e à sociedade uma ação que a Bancada do Partido dos Trabalhadores fez, hoje pela manhã, de ingressar no Judiciário com uma ação cautelar, com um pedido liminar para que o Judiciário decrete na cidade de Porto Alegre o passe livre durante cinco dias e que recolha os custos, de aproximadamente R\$ 1 milhão, que é o custo operacional da frota, da conta da Associação dos Transportadores de Passageiros, que tem hoje em sua posse – indevida na nossa opinião –, R\$ 10 milhões, no mínimo, porque essa conta não é aberta, porque essa conta é privada. Apesar de os recursos serem públicos, essa conta deveria ser, na nossa opinião, de controle público, pois é onde está o vale-transporte dos trabalhadores, que é de aproximadamente R\$ 10 milhões por mês, além dos recursos das compras antecipadas do Cartão Tri, que dá pelo menos R\$ 3 milhões a R\$ 4 milhões por mês. Portanto, o nosso pedido é que se utilize

metade desse recurso, pois nós já estamos chegando no décimo primeiro dia de greve – chegaremos à metade do mês – e com esses recursos devidamente apontados, que não são da conta do Município. Portanto, creio que não há motivos aqui para a Bancada governista se alertar e antagonizar esse pedido. Esse pedido deve ser antagonizado apenas e tão somente àqueles que defendem a ATP. Estes têm que se irar mesmo contra o nosso pedido, porque a nossa proposta fere os interesses da ATP, confronta os interesses da ATP. Esses, então, devem dirigir suas críticas ao projeto. O Governo não, porque essa conta não sai dos cofres públicos.

Então, nós aguardamos, mas independentemente da decisão, que obviamente o Judiciário é soberano, a nossa ação tem uma importância muito relevante. Ela mostra que existem vários caminhos que poderiam estar sendo utilizados na Cidade ao longo desses duros 11 dias desde que o Executivo Municipal decidisse afrontar os interesses da ATP. Mas como isso jamais é feito aqui, a situação se desenrola e várias medidas, que estão disponíveis na ponta da caneta, não são tomadas. Por exemplo, esses recursos, esses dez milhões que estão lá parados, rendendo juros e as suas devidas transações financeiras, que não devem ser poucas - eu, pessoalmente, não sei quanto rende na mercado, porque não tenho, jamais terei esse tipo de valor -, mas, com certeza, é um giro muito grande, que fica na mão, Ver. Paulinho Motorista, dos empresários, e não na mão do trabalhador, do motorista, do cobrador, e nem na mão da sociedade com a redução da passagem. Mas isso tudo, Ver.^a Sofia, nós também teremos um capítulo muito importante a partir das 16h, quando o Tribunal de Contas vai se debruçar, então, sobre o cálculo da tarifa. Eu espero que os senhores conselheiros se atentem ao parecer do Ministério Público de Contas e que, efetivamente, possam analisar o parecer técnico da equipe do Tribunal de Contas para tirar uma posição, que não seja política, nem orientada por outros interesses que não os da sociedade e dos trabalhadores rodoviários. Então, é um momento muito importante, vitória da Justiça, esse julgamento do Tribunal de Contas, do Ministério Público, que já ingressou com as ações anteriores, que fizeram nós chegarmos aqui. Infelizmente, esta Casa não enfrentou esse tema. Infelizmente, ele é enfrentado pelos órgãos de controle, pelo Poder Judiciário. Com certeza, as conquistas vêm aos poucos. E eu espero, seja qual for o resultado, mas aquilo que determinar o Tribunal de Contas, eu, realmente, tenho certeza que a Prefeitura vai seguir. E eu espero que esta Casa possa, então, apurar a contabilidade regressa, para traz, para que nós possamos ter

pág. 4

conhecimento de quanto do recurso dos cidadãos ficaram de forma indevida na mão da ATP. Então, vamos ficar no aguardo, mobilizados e torcendo por um bom resultado nessas ações.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, estamos vivendo realmente dias muito difíceis na nossa Cidade com a greve dos rodoviários. Uma luta de dois Sindicatos pelo poder, apoiados pelos chamados movimentos sociais, que, no meu entendimento, de sociais não têm nada; apoiados por Partidos políticos também de oposição e que não querem construir, e, sim, obstruir. Eu fiquei impressionado, ontem, mas me impressionou muito, Ver. Nereu, com a proposta da oposição nesta Casa, dizendo que, se liberassem as catracas, a greve acabaria. Foi afirmado textualmente que a greve ia acabar! Quem é que manda, então, na greve? Quem é que está mandando na greve? É a Bancada de oposição nesta Casa, porque afirmaram textualmente que, se acontecesse isso, a greve acabaria. Eu fiquei impressionado.

Agora veio o ilustre Ver. Kopittke dizendo que estão entrando na Justiça para uma liminar. Senhoras e senhores, pensem bem: quem está hoje praticamente governando? Ministério Público? Justiça? Tribunal de Contas? Sindicatos? Movimentos ditos sociais? Qualquer dia desses não precisará mais de Prefeitura, não precisará mais de Governador, não precisará de Câmara de Deputados, também não precisará de Câmara de Vereadores. Vamos colocar as coisas nos devidos lugares! Isso eu deixo como reflexão para a sociedade e para os nossos colegas Vereadores.

Mas existe uma outra greve nacional, a greve dos Correios. Por que, Ver. Pujol eles estão em greve? Porque, simplesmente, a direção dos Correios constituiu uma nova empresa – seria para desenvolver mais o Correio? Não! É para cuidar do plano de saúde dos funcionários, que era, anteriormente, por autogestão, e, agora, Vereador, criaram uma empresa chamada Postal Saúde, com o seguinte organograma: 69 cargos de chefia. (Mostra o organograma.) Um trenzinho da alegria nos Correios. Sessenta e nove cargos de chefia! Os funcionários que realmente querem o bem do Correio não podem sustentar

esta decisão absurda: 69 cargos de chefia. Se tiver três funcionários para cada chefia, por setor, são mais de 200 funcionários. Isso é uma vergonha nacional. É importante que a gente fique sabendo disso, porque a administração do Correio, que já acabou com o Postales, quebrou o Postales, que era o plano de aposentadoria dos funcionários. Literalmente, quebrou, porque onde o Partido dos Trabalhadores entra, quebra - isso é um problema seriíssimo! Então, senhoras e senhores, nós temos a nossa greve, que está orientada por um caminho errado; temos a greve do Correio por outro caminho errado, e quem é que perde com isso? A sociedade, um milhão de pessoas em Porto Alegre e 190 milhões de pessoas no Brasil, perde com a greve dos Correios.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Vereador. Só para ajudar sobre os Correios: foi lá que começou o mensalão. Não é de se surpreender que esteja quebrando tudo o que diz respeito a esse assunto.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Agora, querem continuar dando cargos para os apaniguados. Mais de 200 cargos nesta empresa. Então, realmente, nós temos que pensar bem com a nossa responsabilidade de homens públicos, porque não podemos compactuar com partidos de oposição mandando na greve, impedindo a volta, descumprindo a lei, Legisladores descumprindo a lei. Eu não entendo, eu não acredito!

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu só quero lembrar a V. Exa. da vaquinha deles: a vaquinha do Delúbio, e do outro deputado, o José Genuíno, que continua arrecadando muito. Agora, estão sendo até investigadas as vaquinhas.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: V. Exa. trouxe uma grande lembrança, porque eu quero saber a relação, porque isso é obrigação da Receita Federal ter essa relação.

E, hoje, nós temos uma Lei sobre as doações, que foi criada para os estados, e tem uma contribuição sobre as doações de 4%, normalmente, é isso, em outros um pouco menos, mas é uma Lei estadual, que está vigorando em todo o País. E nós precisamos saber se isso está sendo obedecido, se a Receita Federal está a par disso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Guilherme Socias Villela assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Villela, eu queria fazer uma sugestão aos colegas Vereadores: o Tribunal de Contas antecipou uma decisão em uma semana, a pedido da Câmara de Vereadores. E eu até convidaria o Delegado Cleiton para que comandasse uma equipe, ou uma comissão de Vereadores, para que, também, fosse lá para o Tribunal de Contas para prestigiar esse julgamento.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Muito bem. A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, nós estamos passando um janeiro atípico, podemos falar da falta de energia, que tem atordoado em todos os horários, inclusive à noite quando as pessoas estão em suas casas. Podemos falar da falta de água também, da greve, que tanto tem sido falada.

Hoje, eu quero falar da Frente Parlamentar que nós estamos criando, porque isso vem ao encontro da reivindicação da área onde eu atuo, de ONGs e da população em geral, que ocupa muito os telefones do nosso movimento, bem como do 156 da Prefeitura, em busca de atendimento; ocupa muito, também, as delegacias, através de boletins de ocorrência, assim como ocupa muito o Ministério Público com requerimentos de denúncia. E mais, também utilizamos serviços advocatícios, que são necessários quando se emperra um processo grave de maus-tratos aos animais.

Essa Frente Parlamentar deve funcionar mensalmente, substituindo o antigo Fórum de Bem-Estar Animal, que por aqui funcionou por uns longos sete anos, sob a coordenação, a maior parte do tempo, do nosso ex-Vereador Beto Moesch, nosso parceiro ambientalista e defensor dos animais; também o Ver. Sebenelo e o Ver. Sebastião Melo presidiram o Fórum. Nós tivemos grandes avanços a partir dali, contemplando o que nos era reivindicado. Dali saiu o fim do extermínio dos animais, a identificação dos animais, projetos como a hoje existente SEDA e também o fim das carroças, com a inclusão social.

Então, a nossa intenção não é apenas criar mais uma Frente, mas agregar os demais partidos para que colaborem com todas essas reivindicações, com a falta de atendimento dessa demanda, com as queixas que nós temos, diariamente, da falta de atendimento do Poder Público, mesmo sabendo que a Constituição, no seu art. 225, § 1º, inc. VII, diz que está assegurado aos animais o atendimento, pelo Poder Público, principalmente dos animais que estão em sofrimento, abandonados ou animais que estejam em situação de maus-tratos.

E nós temos mais uma novidade: o Secretário Estadual de Segurança – estivemos reunidos com ele – assegura que a Delegacia Especial para os Direitos dos Animais está já articulada para funcionar, por enquanto, junto da Delegacia do Meio Ambiente, com o Ver. Sgarbossa participando dessa atuação, porque nós temos que também repassar para os inspetores que vão atuar nessa área o que a legislação brasileira entende como maus-tratos; muitas vezes, se pensa que é só o animal estar sofrendo por apanhar com algum objeto, mas maus-tratos é um termo muito mais amplo, vem desde 1934, da era Getuliana, quando o Decreto nº 24.645/34 instituiu mais de 25 itens sobre maus-tratos aos animais - vejam que, em 1934, o tema já era tratado. Essa lei foi a nossa grande bíblia. Quando queríamos recorrer, utilizávamos o decreto da era Getuliana. Hoje, o que está sendo mais utilizado é a Lei nº 9.605, que é a lei dos crimes ambientais, que nos assegura, no seu art. 32, defender os animais, tanto os domésticos, quanto os silvestres, os exóticos, etc.

Nós não queremos fazer só uma frente, nós queremos a participação da sociedade, queremos a participação da futura delegacia, para desonerar as demais delegacias de tantos pedidos e para poder conscientizar, como está sendo feito em outros estados. Para os próprios inspetores e para a própria polícia vai ser melhor, tendo em vista que nós temos muitas demandas para atender o ser humano, mas essa é, também, uma reivindicação da sociedade, considerando que mais de 57% da população tem um animal de estimação – são pessoas sensíveis, são pessoas que não admitem mais ver os maus-tratos.

Quem maltrata um animal – como nós sempre dissemos – maltrata o ser humano, porque é questão de índole, questão de não saber que o animal é um ser senciente, que sente dor, fome, calor e frio. Então nós temos que nos habituar a essa nova demanda num mercado bilionário. Nós não tiramos nenhum recurso de humanos, porque o mercado que

tem laboratório, que tem empresas de ração multinacional, que gera todos esses recursos, que gera impostos, que tem apetrechos, utensílios e tudo o que envolve animais, gera emprego e renda. É isso o que nós estamos defendendo, e desejamos que tenhamos adesão dos nossos colegas Vereadores. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Ver.^a Lourdes, há poucos minutos, quebrou o ritmo dessas sucessivas reuniões que nós temos realizado, que viraram um monocórdio, na medida em que só se trata do mesmo assunto de forma repetitiva. Eu até gostaria de acompanhar a Ver.^a Lourdes no seu raciocínio, mas o sapateiro não pode ir além da chinela: não sou eu que vou discorrer sobre um tema que a senhora conhece tão bem e que foi tão feliz na sua explanação aqui da tribuna. Então, por isso, eu retomo o ritmo dos trabalhos que nós estamos vivendo na Casa nesses últimos dias, e que inclusive, o Ver. Alberto Kopittke, 1º Vice-Presidente da Casa, em sua manifestação reiterou.

Ontem, eu discuti muito o tema da proposta do requerimento dos Vereadores do Partido dos Trabalhadores, encampada pelas oposições, a respeito do requerimento em que se pedia que, durante determinados dias, enquanto perdurar essa greve, ou enquanto não ocorrer essa manifestação no Tribunal de Contas, nós recomendássemos ao Prefeito, aprovando uma indicação, a instituição do passe livre no sistema de transporte coletivo da Cidade. Esse é um tema que o PSOL, coerentemente, vem sustentando há mais tempo. Aparentemente, o PSOL cria o passe livre para os estudantes, essa era a proposta inicial. Agora o PT, num largo de bondade, quer para todos: ninguém mais pagará transporte aqui na Cidade. Olha, um dia por mês que não se paga o transporte aqui na Cidade, chamado domingo livre, que só não ocorreu agora, devido à greve, porque os grevistas não quiseram operar o sistema, todos sabem - e aqueles que usam o ônibus - o tumulto que vira nessa circunstância. Isso que tem a catraca, o cobrador está ali organizando. Mas o Ver. Kopittke argumenta que, como já foram comprados vários tíquetes, já foi feito pelo pregador o recolhimento necessário para que fosse habilitada a carteira do seu

empregado com o vale transporte, e que isso dava uma quantidade enorme de recursos para as empresas, que essas teriam que sustentar nesse período. Ora, eu não posso ficar tranquilo, ouvindo isso de um advogado. Todos sabem que isso é uma relação com duas mãos. A compra do vale-transporte, vendido pelo sistema, gera obrigações recíprocas: de um lado, quem se obriga a transportar o comprador, o tomador daquele vale, durante um determinado período; e, do outro, gera direito para a pessoa de assim o fazer. Então, vamos dar geral para todo mundo? Quer dizer, quem não tem o vale-transporte, quem não fez o recolhimento, nem direta, nem indiretamente, se iguala na mesma situação daquele outro? Ora, Sr. Presidente, esse raciocínio é pueril. É pueril, não obtém a menor lógica e a menor sustentação. Então, nós temos algumas coisas que temos que definitivamente salientar.

E eu me lembro muito bem do pronunciamento do Delegado Cleiton no dia de ontem: nós não podemos enganar a população dizendo que nós podemos fazer algumas coisas que não podemos fazer. Não há como se instituir o passe livre em Porto Alegre sem instituir quem vai pagar por isso: o Governo do Estado, o Governo do Município... Enfim, quem vai pagar?

Essa falácia do passe livre, por mim seria enfrentada de imediato. Eu, em qualquer circunstância, já tenho posição firmada sobre isso. Isso é um exercício de bondade extrema que tem caracterizado o mundo em determinados setores e que sempre leva para situações de quebradeira. Está aí o apagão no Brasil, porque a Presidente Dilma resolveu ser boazinha com aqueles que consomem energia elétrica: baixou o custo o ano passado, quebrou as empresas, e agora, sucateadas, elas não honram seu compromisso de fornecer a energia que o Brasil precisa. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, colegas funcionários desta Casa, senhores que nos assistem aqui e pela TVCâmara. Infelizmente, o tema principal ainda é transporte. Nós estamos, às vezes, tentando não tocar nesse assunto, mas é transporte. Vimos nas redes sociais que temos algumas cobranças que nos fazem,

a nós, Vereadores, e ao Poder Executivo. Tenho a colocar aqui que ontem estivemos em contato com o Prefeito e com o Vice-Prefeito, em uma reunião. Ficou garantido que sairá a licitação no prazo, conforme instituído por lei. Nosso Prefeito, muito legalista, resolveu que fará essa licitação - uma licitação, senhores, às vezes, a gente nem acredita, falamos que tem 50 anos, não sei quantos anos, mas, na verdade, é desde 1864. Pasmem, senhores, quando foi instituído o primeiro meio de transporte municipalizado. Então, já vem de longe. E passou - hoje nos cobram - por vários governos. Infelizmente não foi feito. Agora está sendo feito. Infelizmente, não de uma forma completa. Alguns modais, infelizmente, não vão poder entrar agora. Eu não costumo criticar algumas instituições, mas existem algumas instituições que estão investigando, prendendo, acusando e agora legislando. Esse é um caminho que era para ser percorrido. Esse é um caminho sobre o qual o Prefeito Fortunati já havia se pronunciado, dizendo que, dentro desse Governo, após a organização dos modais, seria feita a solicitação. Então faremos a licitação, é palavra do Governo. Então, para as pessoas que ainda têm dúvidas: será feita a licitação! A licitação que foi feita para as lotações da Zona Sul, Restinga, Belém, está *sub judice*. Infelizmente, há mais de uma ação impetrada; por isso ela está parada no Poder Judiciário. Então não é culpa do Governo, nem dos Vereadores. Todos os dias eu recebo um militante do meu Partido, da Restinga - ele sabe quem é. Acho que ele está fazendo demagogia. Isso não é culpa do Governo, está na Justiça infelizmente, porque é uma licença que está sendo dada pelo Município e que se ganha muito. Por isso, falei ontem que não adianta simplesmente retirar alguns impostos, temos que avaliar a base de lucro ganha nessas concessões.

Agradeço este momento, mas é para afirmar principalmente para os senhores que estão em casa e que ligam a TVCâmara, que a licitação, depois de quase 150 anos, sairá graças ao Governo Fortunati. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente. A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, desde logo, diga-se que nós temos hoje 12, uma dúzia de projetos que correm em 1ª Sessão de Pauta, inclusive um de minha autoria, o PR nº 056/13, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Sr. Ronaldo Iranso Ramos, que outro não é senão um empresário, Ver.^a Fernanda, da minha Restinga. Digo eu que estou propondo uma distinção a um cidadão que é empresário na Vila Restinga, é proprietário do Armarinho Gaúcho, uma das mais antigas empresas que prosperam naquele conjunto habitacional, ao qual eu me vinculo tão fortemente. Essa colocação minha vem a propósito, porque, às vezes, na discussão, há pessoas que ficam melindradas quando dizem que, aqui na Casa, tem a bancada da ATP, a bancada dos empresários, a bancada... Rotula-se de todas as maneiras do mundo. Eu acho que, quanto à minha posição, ninguém tem dúvida, nunca neguei a minha posição, sou Liberal, acredito na livre-iniciativa, defendo até, coerentemente com a Constituição Federal, a empresa brasileira. Disse noutra dia, até para surpresa de alguns, que empresário, empresa, emprego, tudo isso tem uma máxima: empresário tem que buscar necessariamente resultado positivo da sua atividade. Isso se chama lucro. Então, esse cidadão que estou homenageando – para não fugir da pauta – é um empresário que busca resultado e tem obtido, mantém-se em atividade por longos anos, tendo resultado favorável. Eu aplaudo o empresário que obtém resultado na sua empresa, porque esse é o seu fim; aplaudo o profissional liberal como eu, que tem bons resultados na sua atividade como profissional liberal; aplaudo o sucesso e não fico passando a mão em cima daquele que teve insucesso, porque cada um tem que assumir o risco da atividade que desenvolve. No caso, nós temos um cidadão que é respeitado lá na Restinga, que é respeitado em todo o bairro, que tem desenvolvido uma bela atividade, que desenvolveu a

pág. 12

sua família naquele bairro e, hoje, está colhendo os frutos da sua atividade bem desenvolvida e o reconhecimento que eu pretendo da Casa com o Projeto de Resolução que aqui apresentei. Quero até salientar que tenho sido até muito módico nos projetos que tenho apresentado, respeitando, inclusive, as circunstâncias de que, só no dia de hoje, tenho outros tantos projetos que são homenagens para pessoas vivas ou mortas, na condição de futuros denominadores de ruas da Cidade, atividade essa também que temos que reconhecer como válida, porque os moradores da periferia de Porto Alegre, dos novos loteamentos, das novas vilas que surgem são muito desagradados quando eles têm que identificar as suas ruas como a rua A, B, 14, 27 ou de outra forma qualquer. O nome possibilita inclusive a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – quando essa não está em greve – ali entregar a correspondência, ali entregar a carta. Por isso, Presidente Guilherme Socias Villela, cuja presidência da Casa nos dá a certeza de uma condução serena e segura, eu vim à tribuna nesse período de discussão de Pauta para acentuar a homenagem que faço a esse competente e jovem empresário da nossa querida Restinga. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, retorno a esta tribuna, agora num outro momento, o de discussão de Pauta, para falar de um outro projeto, de nossa autoria, que denomina Parque Esportivo Ipanema José Trindade o equipamento público situado na Av. Cavallhada, nº 6735. Ouvi muitas críticas por isso, e eu era um que também fazia críticas a Vereadores que colocavam nomes em ruas, mas, vivenciando este momento como Vereador – é claro que Vereador não pode só colocar nomes em ruas, podemos fazer um trabalho paralelo –, e nessas andanças que tenho feito pelos cantinhos de Porto Alegre, vi que um nome de rua, Ver. Pujol, traz, às vezes, um sentimento até de autoestima àquele morador que vai deixar de chamar a sua rua de Beco C, Rua A, Rua Y e terá uma rua com nome e CEP. E isso é importante, também. Com este projeto, coloco o nome de uma liderança comunitária num equipamento público. Creio que é muito justo trazermos para as nossas ruas, para dentro

de Porto Alegre quem trabalha sem receber nada em prol da sua comunidade, em prol do seu bairro. Então, eu tenho encaminhado alguns nomes, sempre nomes de lideranças dos bairros, muitos a pedido das pessoas que moram no local. Neste caso em particular, José Trindade foi um líder comunitário, fundador do CTG Descendência Farrapa - na realidade, ele foi fundador e construtor do CTG, carregador de madeira, pregador de prego daquela região -, fazia um trabalho junto ao bairro Espírito Santo, ao bairro Ipanema, dentro do CTG e dentro desse Parque, principalmente com pessoas idosas. O Sr. José Trindade reunia todos os asilos de Porto Alegre, eram mais de 500 pessoas reunidas em um dia para comemorar, brincar, se divertir. Esse era um trabalho que ele fazia há 25 anos, infelizmente, há dois anos já não conta mais com a sua presença, mas conta com a presença de amigos que continuaram fazendo esse trabalho, inclusive, além de festas, visitas e um trabalho comunitário, quando é necessário, a esses idosos. Então, nada mais justo do que dar o nome dessa liderança a um espaço público aqui em Porto Alegre. Assim como penso que outras lideranças devem ser homenageadas dessa maneira. Repito: vamos dar a esses espaços o nome de lideranças comunitárias, ou seja, a pessoas que lutaram por algo em nossa Cidade, a pessoas que lutaram por algo em nosso Estado, a pessoas que lutaram por algo em nosso País. Obrigado, senhores.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h12min.)